

PREFÁCIO

Educação e Intercultura – a descolonização de saberes: *Notas de uma primeira leitura*

É um prazer especial ser o primeiro leitor do livro que vocês, Valdo e Sandra organizaram, com seus coautores e coautoras, sobre um tema que me é tão caro! Ao publicá-lo, vocês oferecem a nós, leitores e leitoras, a oportunidade de uma especial experiência cultural, ou intercultural. Aliás, vocês comentaram na apresentação que os autores escrevem o que podem e os leitores têm a liberdade de ler se e quando quiserem. Gostaria de acrescentar que, ao ler um texto, cada pessoa recria ativamente novos significados ao tramar o texto com os contextos por ela vividos. É como ouvi uma vez de Frei Betto: “o texto é um pretexto para recriar o contexto”! Ou li em “Mente e Natureza”, de Gregory Bateson (1986, p. 23): “não há palavra ou ação que tenha significado fora de um contexto”. E acho que o “contexto” da leitura seja o diálogo – por vezes instigante, inquietante ou reconfortante – entre leitor e autor em torno de problemas e propostas que o primeiro vem vivendo e sobre que o segundo compartilha suas reflexões de experiência feitas.

Me lembro, como hoje, da oficina pedagógica animada por um professor da escola básica, Fabio Guindani, sobre a “leitura de um romance de aventura”, em 1995, em Florença, onde pude conhecer de perto a experiência educacional italiana em interculturalidade. O professor conduziu diferentes grupos a lerem trechos de um romance, imaginarem possíveis desdobramentos do enredo e depois compararem suas conjecturas com os capítulos seguintes, em sucessivas etapas do trabalho em grupo. A cada debate íamos descobrindo como o autor cria contextos narrativos que interpelam o leitor a imaginar, com base em sua vivência, diferentes “soluções” aos desafios enunciados na trama

textual. Ao fazer isso, o leitor vai recriando significados para sua práxis, instigado pela narrativa. A arte do autor, por sua vez, está em “surpreender” o leitor, confirmando certas dimensões de seu contexto e ao mesmo tempo desconstruindo suas conjecturas, ao apresentar evoluções imprevistas.

Este livro não é do gênero “romance de aventura”. Apresenta uma compilação de vários textos, que se articulam entre si tanto pela temática que atravessa as autorias quanto pelos desafios que mobilizam as leituras. Ao ler seus textos, Valdo e colegas, me senti instigado a ressignificar certos aspectos de minha experiência e de meus estudos interculturais.

A questão que você, Valdo, coloca inicialmente (saberemos fazer da convivência no atual contexto mundial “globalizado” um diálogo ou um confronto entre culturas?) me lembra a obra de Alain Touraine (1998), “Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes”. Para Touraine a luta democrática deve criar espaços e estratégias socioculturais de participação e ao mesmo tempo garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo. Nesta mesma direção, Stephen Stoer (2004) reconhece o papel ativo dos movimentos sociais, ao considerar o fenômeno da “rebelião das diferenças”. Com efeito, grupos e indivíduos – cujas identidades têm sido historicamente definidas, descritas e produzidas com base na cidadania constituída pelo estado-nação – vêm pouco a pouco assumindo suas respectivas singularidades, manifestando-as mediante suas próprias linguagens e defendendo-as mediante suas próprias estratégias. As ações de tais movimentos sociais ultrapassam o âmbito dos direitos de cidadania ditados pela modernidade, assim como as suas respectivas moral e política de tolerância. São movimentos que irrompem no interior das próprias sociedades ocidentais, articulando-se em torno de variadas especificidades humanas e socioculturais como, entre outras, as diferenças de identidades étnicas, de orientações sexuais ou opções de estilos de vida, de preferências religiosas, de pertencimentos geracionais ou de limitações físicas de comunicação

e locomoção. Estes novos movimentos sociais propõem novas dimensões de soberania, na medida em que reclamam o direito de conduzir a própria vida pessoal e coletiva segundo padrões próprios de conduta, o direito de educar os filhos de acordo com suas convicções, o direito de cuidar de sua saúde segundo suas tradições de cura, etc.

Neste sentido é que se desconstroem os dispositivos socioculturais produzidos e generalizados pelas conquistas coloniais desde idade moderna europeia. As rebeliões das diferenças se voltam contra o jugo colonial da modernidade ocidental, não apenas do ponto de vista político e cultural, mas também epistemológico. Ao lutar por seu reconhecimento como sujeitos socioculturais e políticos, tais grupos sociais recusam-se a ser considerados como “objetos” passivos de conhecimento (tal como os “primitivos” que a Antropologia tomava como objetos de suas investigações). Ao mesmo tempo, questionam os ideais normativos racistas a partir dos quais são definidos como “subalternos”, “carentes”, “deficientes”, “menores” e, com isso, induzidos a se sujeitarem aos padrões de dominação e de exploração da população mundial no contexto capitalista-global do trabalho.

A descolonização de saberes – bem como do poder, do ser e do viver, tal como propõe Catherine Walsh (2012) – é um dos desafios interculturais chaves que se colocam para as práticas sociais, particularmente no campo da Educação.

A prática *dialógica e eco-relacional*, apontada por João Figueiredo, favorece a interação e o diálogo entre os diferentes sujeitos socioculturais, ao lutar por construir condições de igualdade para se reconhecerem em suas diferenças. Desconstruir a colonialidade na relações interculturais implica em revalorizar lógicas mágicas-espirituais-sociais desenvolvidas historicamente, que permitem compreender a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais, sustentadora dos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais. Implica

em superar a concepção binária natureza/sociedade estabelecida pela modernidade, aprendendo com os modos holísticos de ser, de conhecer e de se organizar dos povos ancestrais.

Tal aprendizagem intercultural aparece como horizonte das proposições da Antropofagia Cultural Brasileira. Você, Valdo, com sua pesquisa, nos instiga a repensar a educação visando à “descolonização de saberes e com um olhar a partir dos trópicos”. E Carlos Pasini nos convida a revisitar a literatura latino-americana para entender nossas gentes no contexto de relações que se entrecruzam e se fecundam mutuamente em processos de “intercâmbios antropofágicos”. Nesta direção, Sandra Maders demonstra que podemos desenvolver uma nova visão de mundo ao interagir com as culturas milenares dos povos originários. São estas relações que nos incitam a criar novas proposições educativas estético-pedagógicas, com bem argumenta Viviane Diehl.

Chamaram-me especial atenção os artigos que estudam as implicações da interculturalidade na prática escolar. De modo particular, a ênfase dada por Rafael Friedrich, à necessidade de a escola promover a igualdade de direitos e de oportunidades, garantindo o direito de cada pessoa ser diferente. A política de cotas, deste modo, além de promover o acesso de uma população historicamente excluída do sistema de educação básica e superior, também enseja o desenvolvimento de relações e aprendizagens interculturais na escola. Mais instigantes, ainda, são a contribuição de Valmôr Scott, que defende a afetividade como um fator determinante no processo educativo, e a de Elvio de Carvalho, ao propor a amorosidade, a aceitação mútua do outro como um outro legítimo, como indispensável para as relações de aprendizagens interculturais. A afetividade e a amorosidade são determinantes para o desenvolvimento da subjetividade – como evidencia Maturana (1998) – tanto quanto para a constituição da cultura, entendida por Raymond Williams (1969) como “estrutura de sentimentos”. As Danças Circulares Sagradas e a

simbologia das mandalas, apresentadas por Caroline de Mello, exemplificam a construção de “estruturas de sentimentos” em experiências pedagógicas.

Enlevado pela metáfora da dança circular, senti que a reflexão sobre experiências de Educação Ambiental articuladas com saberes populares no espaço escolar – apresentada entre os capítulos finais do livro por Léo Jorgelewicz e Cleni Ines da Rosa – amplia a discussão iniciada por João Figueiredo sobre a perspectiva que este chama de “eco-relacional”. E o estudo de Andréia Paula Basei em coautoria com Wenceslau Leães Filho, sobre as implicações da perspectiva intercultural na formação de professores na Educação Física escolar, me lembrou a pesquisa de Beleni Grando (2004), com quem muito aprendi, há mais de dez anos, sobre as relações interculturais nas práticas corporais.

Com um profundo sentimento de gratidão a vocês, autores e autoras deste livro, pelas aprendizagens que me ensejaram, desejo a você, leitora, leitor, uma singular experiência (inter) cultural ao entrar neste instigante diálogo literário.

Reinaldo Matias Fleuri
*(sobrevoando o hemisfério sul,
entre Austrália e Brasil,
em 29.outubro.2014)*